

Rachel Nunes de Carvalho Farias

DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

**O MODELO PORTUGUÊS COMO UMA ALTERNATIVA
ESTRATÉGICA PARA A EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRA**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-5077-9



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Farias, Rachel Nunes de Carvalho.

F224 Desjudicialização do processo de execução: o modelo português como uma alternativa estratégica para a execução civil brasileira./ Rachel Nunes de Carvalho Farias./ Curitiba: Juruá, 2015.
174p.

1. Processo civil. 2. Execuções (Direito). I. Título.

CDD 347 (22.ed.)
CDU 347.9

0141

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	25
NOTA PRÉVIA	27
INTRODUÇÃO	29
Capítulo I – CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO BRASILEIRO E A EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVEN- TE: UM BREVE PANORAMA	31
1.1 Execução Comum e Especial	33
1.2 Execução por Título Judicial e Execução por Título Extrajudicial	33
1.2.1 Execução por título judicial.....	34
1.2.2 Execução por título extrajudicial.....	35
1.3 Execução Direta e Indireta	36
1.4 Execução Definitiva e Provisória	37
Capítulo II – OS PRINCÍPIOS E REGRAS QUE ESTRUTURAM O PROCEDIMENTO EXECUTIVO BRASILEIRO E O PROCEDIMENTO EXECUTIVO PORTUGUÊS	39
2.1 Princípios Aplicados ao Processo de Execução.....	39
2.1.1 Princípio da efetividade.....	41
2.1.2 Princípio da responsabilidade patrimonial	42
2.1.3 Princípio do contraditório	43
2.1.4 Princípio da menor onerosidade da execução	45
2.1.5 Princípio da cooperação	46
2.1.6 Princípio da igualdade.....	47
2.1.7 Princípio da proporcionalidade	48

Capítulo III – O MODELO DE PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO.....	51
3.1 Por Título Judicial	51
3.2 Por Título Extrajudicial	52
3.3 Penhora e Avaliação	54
3.3.1 Avaliação	55
3.4 Adjudicação.....	56
3.5 Alienação por Iniciativa Particular	57
3.6 Alienação por Hasta Pública	58
3.7 Arrematação e Entrega do Dinheiro ao Credor	59
3.7.1 Entrega do dinheiro ao credor	59
3.8 Usufruto Judicial de Móvel ou Imóvel.....	60
3.9 Extinção da Execução para Pagamento de Quantia Certa Contra Devedor Solvente	61
 Capítulo IV – A DESJUDICIALIZAÇÃO APLICADA AO PROCESSO DE EXECUÇÃO PORTUGUÊS E A TOTAL JUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO BRASILEIRO.....	 69
4.1 Desjudicialização da Execução Civil e a Separação de Poderes	69
4.2 A Desjudicialização no Processo de Execução Português.....	73
4.2.1 O agente de execução.....	91
4.3 Reformas no Processo Executivo Português	95
 Capítulo V – A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL PORTUGUESA COMO UM POSSÍVEL MODELO A SER APLICADO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO BRASILEIRO.....	 109
5.1 O Oficial de Justiça no Brasil.....	109
5.2 Os Índícios de Desjudicialização <i>versus</i> Desjurisdicionalização no Brasil	111
5.2.1 A Lei 4.591/64	111

5.2.2	O Decreto-Lei 70/66	114
5.2.3	A Lei 9.514/97	121
5.2.4	O Projeto de Lei 2.412/07 (Aposos: PL 5.080 e 5.081/09)....	123
5.2.5	A Lei 11.441/07	126
5.3	As Vantagens Oriundas da Desjudicialização Aplicadas ao Processo de Execução em Portugal.....	127
5.4	As Fragilidades Geradas ao Processo de Execução em Portugal após a Introdução da Desjudicialização.....	129
5.5	Possibilidade ou Impossibilidade de Implantar a Desjudicialização Existente no Sistema Português para o Sistema Processual Civil Brasileiro no Âmbito da Execução Civil	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		137
REFERÊNCIAS		151
ÍNDICE ALFABÉTICO		161